

## COMANDO DA 3ª DIV DO EX - BASE ADM DA GUAR SM

## Estudo Técnico Preliminar 63/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 65402.000529/2025-11

## 2. Informação Complementar

A Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria (B Adm Gu SM), criada pela PORTARIA nº 513, de 23 de maio de 2017 e tendo como Diretriz de Implantação a PORTARIA nº 162 – EME, de 05 de junho de 2017 tem como objetivo racionalizar e aprimorar a administração das atividades de apoio, assim como de procedimentos e processos comuns, de caráter administrativo (nas áreas financeira, orçamentária, ambiental e patrimonial) e o atendimento às demandas logísticas das Organizações Militares, Organizações Militares de Saúde e Estabelecimentos de Ensino situados nas Guarnições de Santa Maria - RS e Itaara - RS.

A Seção de Licitação da Guarnição é a repartição da Base Administrativa, criada para consolidar as demandas de 22 Organizações Militares (OM) e realizar de forma centralizada os processos de licitação.

Considerando que dessas 22 OM, 10 (dez) são Unidades Gestoras, e que estas por conta da atribuição da B Adm Gu SM, fazem parte dos processos licitatórios centralizados, onde a UG 160413 - B Adm Gu SM, se configura como Unidade Gestora Gerenciadora, fica responsável por elaborar e coordenar as atividades de planejamentos com as demais 9 (nove) UG, resultando nos artefatos centralizados de Estudos Técnicos Preliminares e Mapa de Gerenciamentos de Riscos.

Tal conduta, está pautada no pronunciamento com efeito vinculante interno por meio do PARECER n. 01887/2020/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU ([https://sapiens.agu.gov.br/valida\\_publico?id=551578838](https://sapiens.agu.gov.br/valida_publico?id=551578838)), acolhido pela e-cju Aquisições como Uniformização de Entendimento, vide link:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/ecju/aquisicoes>.

E ainda, esta UGG está respaldada também pela **NOTA JURÍDICA n. 00001/2024/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, de 09 de abril de 2024**, quanto à unificação dos Estudos Técnicos Preliminares pelo Órgão Gerenciador.

Insta destacar que qualquer órgão estranho ao GCALC, que venha a participar do processo licitatório deverá elaborar todos os artefatos de planejamento de forma individualizada, conforme prevê a legislação em vigor. Entretanto, as unidades participantes são previamente estabelecidas, de modo a não extrapolar a capacidade de Gestão de Atas pela Unidade Gerenciadora.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Planejamento e Aquisições da Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria	DIONISIO MEIRA ZAMBRA - 2º Ten

## 4. Descrição da necessidade

Em síntese, a pretensa contratação visa a eventual e futura **aquisição de material de consumo de natureza comum (Material de Copa e Cozinha)** para atender a Base Administrativa da Guarnição de Santa Maria (BAdmGuSM), suas Organizações Militares vinculadas administrativamente (Cmdo 3ª DE, Cia C 3ª DE, Cmdo 6ª Bda Inf Bld, Cia C 6ª Bda Inf Bld, CIBLD, CISM e CA SUL) visando garantir a continuidade dos serviços de copa e

cozinha, na preparação das refeições fornecidas à tropa, assim como integrar os materiais permanentes já utilizados nas dependências internas. Ainda, destina-se a suprir as necessidades de recomposição do estoque de materiais para atender as demandas, manter a permanente disponibilidade dos meios de trabalho e consequentemente a não interrupção das atividades administrativas e operacionais das Organizações Militares.

A presente demanda poderá dar origem a uma IRP visando atender também as demais Organizações Militares do Exército Brasileiro localizadas nas Guarnições de Santa Maria e Itaara, considerando a missão da Base Administrativa de racionalizar as licitações de bens e serviços comuns da guarnição militar.

Considerando resguardar o atendimento das necessidades dos materiais supracitados, tendo em vista tratar-se de materiais comuns, encontrados com facilidade no mercado, a futura contratação deverá ocorrer mediante processo licitatório do tipo SRP, para entregas parceladas ou totais, conforme demandas das Organizações Militares participantes do certame.

Como requisito de exigência para esta contratação, será estabelecido ao fornecedor contratado a apresentação de todas as prerrogativas contidas no termo de referência e no edital.

## **5. Descrição dos Requisitos da Contratação**

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes ao produto;
- b) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- c) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; e
- d) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

A contratada deverá apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

A contratada deverá atender as prescrições relativas ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 6ª edição de setembro de 2023, no que se refere às características sustentáveis de consumo do objeto a ser ofertado na licitação e utilização da logística de descarte adequada para o objeto.

Valor máximo aceitável ou Valor estimado:

Caráter sigiloso ( ) Sim ou ( x ) Não.

## **6. Levantamento de Mercado**

Foram verificadas as condições e exigências do mercado fornecedor para a necessidade levantada, de modo a possibilitar a compatibilidade entre os requisitos propostos pela área demandante e as possíveis soluções que o mercado fornecedor pode proporcionar, em especial no que diz respeito à qualidade dos produtos e prazo de entrega. No entanto, por se tratar de produtos comuns, o mercado fornecedor atenderá de forma satisfatória a futura aquisição, tanto na entrega quanto na qualidade dos produtos.

Os equipamentos indicados neste processo licitatório devem atender os requisitos para o suprimento da necessidade descrita no item 3 deste ETP, sendo admitida a indicação de marcas, características ou modelos aptos, servindo apenas como referência, a fim de que a descrição do objeto a ser licitado possa ser mais bem compreendida, com base no art. 41, inciso I, alínea d, da Lei nº 14.133/21.

Foram observados os aspectos de viabilidade mercadológica, economicidade, eficácia, eficiência e padronização, assim chegou-se a duas alternativas:

**SOLUÇÃO 1 - aquisição dos equipamentos em processo licitatório (SRP) ; e**

**SOLUÇÃO 2 – contratação de serviço com material, através de processo licitatório.**

O SRP, como procedimento para registro formal de preços para contratações futuras, se torna legítimo e eficiente para o caso concreto, uma vez que compreende contratações frequentes; atendimento a mais de um Órgão e por conta da indefinição do quantitativo real a ser demandado, conforme exemplos abaixo:

- Pregão 30/2024 – UASG 987481
- Pregão 07/2025 – UASG 120060
- Pregão 03/2025 – UASG 160327
- Pregão 44/2024 – UASG 158127

Na fase de Planejamento da contratação deverá ser tomada a devida cautela para que as condições de aquisição e pagamento dos materiais a serem adquiridos sejam semelhantes às do setor privado.

## **7. Descrição da solução como um todo**

A análise comparativa de soluções de mercado visou elencar as alternativas de atendimento à demanda considerando, as estimativas estabelecidas no certame, o aspecto econômico e os aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação.

Diante da necessidade, verificou-se que as soluções disponíveis no mercado, são aquisições por meio de pregão eletrônico e/ou pregão eletrônico pelo sistema de registro de preços, sendo estas as formas de aquisição mais utilizadas na Administração, para aquisição do referido objeto.

Assim, tendo em vista tratar-se somente de aquisição de itens que serão para simples entrega sem a necessidade de obrigações acessórias por parte dos fornecedores, optou-se pela **aquisição por pregão eletrônico pelo sistema de registro de preços**, uma vez que a dificuldade de mensurar a quantidade de serviço que será necessário ao longo do ano, bem como dos materiais a serem disponibilizados; além disso, as OM gerenciadora e participantes possuem pessoal qualificado para a prestação dos serviços, sendo esta a maneira mais econômica para a aquisição de Material de Copa e Cozinha.

Será exigida, como critério de aceitabilidade da proposta, garantia em prazo superior ao previsto pelo Código de Defesa do Consumidor, uma vez que, além de trazer mais segurança e viabilidade técnica de manutenção para a instituição, não se trata de medida desarrazoada, uma vez que garantias semelhantes são exigidas em outros certames da Administração Pública Federal e que o mercado, atualmente, procede de tal forma, oferecendo prazos similares aos consumidores finais.

Os prazos mínimos de garantia exigidos, foram estabelecidos pelos requisitantes, constam da descrição completa dos referidos itens e terão seu início a contar da data de entrega do material, contra qualquer defeito de fabricação que os mesmos venham apresentar, incluindo avarias no transporte até o local de entrega e montagem ou no decurso do tempo, após uso pela Administração.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos das OM participantes do certame serão baseados nas informações levantadas no Relatório de Memória de Cálculo, no qual serão consideradas as quantidades de produtos em uso, a perspectiva de provisão orçamentária e a necessidade de manutenção de estoque, reserva técnica, necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, acréscimo de atividades, etc.

Os quantitativos para atender as necessidades serão baseados nas informações apresentadas pela UASG Gerenciadora e as demais OM participantes, por meio de Intenção de Registro de Preços.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme previsto no Art. 40 da Lei nº 14.133/21, O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

.....

V – atendimento aos princípios:

.....

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

.....

Neste contexto e no caso concreto, o parcelamento da solução é viável técnica e economicamente e por não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação.

Seguindo a regra, a adoção do parcelamento do objeto em itens será plenamente aplicável na presente demanda.

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 9.181.335,86

A estimativa de preços da contratação foi realizada através de pesquisa de preço, conforme Relatório de Pesquisa de Preços. A elaboração do orçamento detalhado, composto por preços unitários e fundamentado em PESQUISA DE PREÇOS, foi realizada em conformidade com os procedimentos administrativos estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de Julho de 2021, e suas atualizações.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação do caso concreto.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação, objeto de análise neste Estudo Técnico Preliminar, encontra-se contemplada no Plano de Contratações Anual 2025 do COMANDO DO EXÉRCITO e alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) 2025-207 da B Adm Gu SM, estando em consonância com os objetivos e metas estabelecidos pela Administração Pública.

### 12.1 Adesão à Ata de Registro de Preços

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, uma vez que este certame já visa atender todas Unidades Militares da Guarnição de Santa Maria e Itaara/RS, que irão integrar o Pregão como Unidades Participantes.

Além disso, em razão da capacidade de gerenciamento do órgão gerenciador, tendo em vista a Base Administrativa não possuir

estrutura de pessoal para atender mais unidades participantes, será negada a adesão posterior, conforme art. 7º, I e XI, do Decreto nº 11.462, de 31/03/2023, Art. 7º: Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

*XI - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP.*

### **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Com a aquisição dos produtos elencados no termo de referência, espera-se os seguintes resultados:

- atender a demanda de insumos para manutenção preventiva, corretiva e expansão, fomentando a estrutura já disponível;
- economicidade no valor da contratação em função do ganho de escala da compra centralizada;
- eficiência, tendo em vista a redução do custo administrativo processual em função da redução de processos licitatórios; e
- eficácia com o atendimento das necessidades das diversas Organizações Militares da Guarnição de Santa Maria e Itaara-RS.

### **14. Providências a serem Adotadas**

No momento, não se vislumbra necessidades de providências de adequações para a solução a ser contratada, uma vez que todas as providências foram informadas no campo: Descrição dos Requisitos da Contratação.

### **15. Possíveis Impactos Ambientais**

A promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (artigo 5º da Lei nº 14.133). Exigir que a empresa que se pretende contratar cumpra parâmetros mínimos de sustentabilidade ambiental na fabricação ou comercialização de seus produtos ou na prestação de serviços, contribuirá de forma decisiva na consecução de seu dever constitucional. Assim, o Termo de Referência terá a previsão de que as empresas licitantes tenham Cadastro Técnico Federal, para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, visando garantir que os produtos estão sendo fiscalizados pelos órgãos competentes.

Cabe ressaltar que as Organizações Militares contratantes deverão possuir Plano de Gestão Ambiental, com a previsão da destinação adequada das embalagens provenientes dos produtos objeto da licitação, de acordo com o previsto na Portaria nº 001-DEC, DE 26 de setembro de 2011.

Desta forma, deverá ser incluído no Edital como obrigação da contratada, os critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema.

### **16. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### **16.1. Justificativa da Viabilidade**

A declaração da viabilidade da contratação expressa nesta seção apresenta a justificativa da solução escolhida, abrangendo a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Nesse sentido, o planejamento em tela almeja os seguintes resultados:

- Economia no valor da aquisição em função do ganho de escala;
- Eficiência com a diminuição do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;

- Efetividade com a padronização dos produtos e oferta de uma solução que objetiva maior produtividade e colaboração entre as equipes;

Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis.

Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MILTON CESAR VILLANOVA DOS SANTOS**

Integrante da Área Administrativa



*Assinou eletronicamente em 23/10/2025 às 10:49:13.*



**DIONISIO MEIRA ZAMBRA**

Integrante da Área Requisitante



Documento assinado digitalmente

**CAIO DA SILVA SOUZA**  
Data: 23/10/2025 12:51:21-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CAIO DA SILVA SOUZA**

Integrante da Área Técnica



Documento assinado digitalmente

**CESAR LAERTE DOS SANTOS**  
Data: 23/10/2025 13:49:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CESAR LAERTE DOS SANTOS**

Integrante da Área Técnica